

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII - Nº 1.332 - BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 6 DE AGOSTO DE 2001



## Fundo da Amazônia Ocidental vai a exame em segundo turno

Discussão da proposta de Jefferson Péres será iniciada na quinta-feira. O fundo foi aprovado em primeiro turno nos termos de substitutivo apresentado na Comissão de Constituição e Justiça pelo relator, Bernardo Cabral.

PÁGINA 2



## Alcântara quer avaliação da CAE sobre entrada do Brasil na Alca

Plenário deve decidir na quinta-feira sobre sugestão do senador para que a comissão examine antecipadamente o ingresso do país no futuro mercado comum do continente americano.

PÁGINA 4



## Gandra fala na CCJ sobre a reforma do Judiciário

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania promove na quarta-feira debate sobre a reforma do Judiciário, tendo como convidado o jurista Ives Gandra da Silva Martins. Proposta já foi aprovada pela Câmara.

PÁGINA 3

## Restrição ao uso de medidas provisórias deve ser votada logo

Exame da proposta será iniciado na quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Aprovada no dia 1º pela Câmara dos Deputados, a proposta de emenda constitucional que restringe a edição de medidas provisórias pelo Poder Executivo começa a ser analisada nesta quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O presidente interino do Senado, Edison Lobão, pediu rapidez na tramitação da matéria e anunciou que serão examinadas apenas as modificações feitas pelos deputados no texto que os senadores aprovaram anteriormente.

PÁGINA 3



Jefferson Péres anunciou o início dos trabalhos da comissão, da qual participam também os senadores Romeu Tuma e João Alberto Souza

## Investigação de denúncias contra Jader começa amanhã

Uma das primeiras providências da comissão formada por Jefferson, Tuma e João Alberto é investigar gravação de conversa telefônica do deputado Mário Frota.

PÁGINA 5



Simon diz que o momento é propício, pois a sociedade está cobrando ética

## Senadores debatem em Plenário o "pacote ético"

PÁGINA 5

Fogaça teme que o anúncio da Câmara tenha "mero efeito retórico"



## Projeto obriga BC a explicar processos de intervenção em bancos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examina amanhã, em caráter terminativo, projeto de Romero Jucá que torna mais transparentes os processos de intervenção ou liquidação extrajudicial de bancos. Pela proposta, o Banco Central será obrigado a enviar à própria CAE relatórios semestrais pormenorizados sobre o andamento desses processos.

PÁGINA 4



## Idoso pode ter desconto em passagens aéreas

A Comissão de Assuntos Sociais examina na quarta-feira a concessão de descontos para idosos no transporte interurbano. São duas propostas: o senador licenciado Ramez Tebet sugeriu abatimento de 30% nos diferentes meios, enquanto o ex-senador Luiz Estevão defendeu redução de 50% nos preços das passagens aéreas.

PÁGINA 6

# Plenário debate fundo para desenvolver a Amazônia Ocidental

Proposta de Jefferson Péres será discutida em segundo turno a partir de quinta-feira

A proposta de emenda à Constituição de autoria do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que institui o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental, para vigorar de 2001 a 2013, terá iniciada sua discussão em segundo turno na quinta-feira. A matéria, que objetiva promover o desenvolvimento econômico da-



Cabral apresentou substitutivo à matéria na CCJ

quela região sem agredir o meio ambiente, foi aprovada em primeiro turno no dia 27 de junho, por unanimidade.

A PEC, aprovada nos termos de substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania elaborado pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), contempla os estados do

Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia. Os recursos do fundo serão aplicados em obras e programas realizados nos municípios daqueles estados, excetuando as capitais. Jefferson Péres pretende que a proposta seja aprovada até o próximo ano pela Câmara dos Deputados, a fim de entrar em vigor em 2003.

Conforme a proposta, será destinado ao fundo de desenvolvimento um percentual da receita líquida de impostos e contribuições arrecadados pela União no Amazonas. O dinheiro será dividido entre os quatro estados de forma proporcional, de acordo com a área de proteção ambiental de cada um.

## Mauro pede cumprimento do Estatuto da Cidade

Ao ressaltar a importância do Estatuto da Cidade, aprovado pelo Senado em junho passado e sancionado no último dia 10, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) solicitou que os parlamentares façam cumprir a nova lei em seus respectivos estados.

A partir de agora, na opinião de Mauro Miranda, o povo brasileiro poderá cobrar dos administradores públicos municipais o combate à especulação imobiliária. As leis municipais contidas no plano diretor poderão determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização obrigatórias do solo urbano



Nova lei poderá reduzir desigualdades, diz Mauro Miranda

que não esteja atendendo à função social da propriedade, explicou. Em caso de não cumprimento das determinações por parte do proprietário, acrescentou, o imóvel poderá ser desapropriado.

O Estatuto da Cidade também oferece aos prefeitos municipais um grande número de mecanismos para a gestão urbana, que poderão utilizá-los conforme suas necessidades, acrescentou o senador goiano. Para ele, a nova lei possibilitará a redução das desigualdades sociais entre a população urbana brasileira, que corresponde a 80% do total.



## AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 6 DE AGOSTO DE 2001

### PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

### PREVISÃO

### PLENÁRIO

#### Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLS nº 133/97, autoriza a criação de distrito agropecuário no município de Cantá (RR); e PDLs autorizando a execução de serviço de radiodifusão comunitária e sonora.

#### Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 100/00, acrescenta parágrafo ao artigo 26 da Lei nº 9.394/96 (dispondo sobre a inclusão de matéria de informática nos currículos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus); PLC nº 27/01, dá nova denominação ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep); PDLs autorizando a execução de serviço de radiodifusão comunitária; substitutivo ao PLS nº 75/00, altera a Lei nº 5.889/73, que estatui normas reguladoras do trabalho rural; e Requerimento nº 256/99, da senadora Emília Fernandes, solicitando o sobrestamento da tramitação do PDL nº 4/99, que aprova o texto do Acordo Comercial celebrado entre os governos do Brasil e da Indonésia, até que os conflitos envolvendo aquele país sejam melhor esclarecidos.

#### Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLS nº 44/01-Complementar, altera a composição do conselho a que se refere a Lei Complementar nº 68/91 (Conselho Administrativo da Superintendência da Zona Franca de Manaus — Suframa); PDL nº 212/01, aprova o envio à República Argentina de contingente militar do Exército brasileiro, composto de quarenta e dois militares, para participar de um exercício de adestramento em operações de paz; primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 19/00, altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental; primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 25/00, altera o art. 75 da Constituição federal, para facultar a nomeação de membros das cortes de contas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios através de concurso público; substitutivo do Senado ao PLC nº 75/96, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de colete à prova de bala por profissionais nas condições que especifica; PDLs autorizando a execução de serviço de radiodifusão comunitária; Parecer nº 650/01, sugerindo que os parâmetros a serem observados pelo Brasil no processo negociador da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), a ser iniciada em maio de 2002, seja objeto de estudo pela Comissão de Assuntos Econômicos; Requerimento nº 391/01, do senador Gerson Camata, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nº 318/99 e 211/00, por regularem a mesma matéria; e Requerimento nº 393/01, do senador José Eduardo Dutra, solicitando a tramitação conjunta das PECs nº 3 e 12, de 2000, e 14/01, por regularem a mesma matéria.

#### Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

### COMISSÕES

#### Terça-feira

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Mensagem nº 165/01, encaminha a programação monetária para o terceiro trimestre de 2001; Mensagem nº 160/01, submete à apreciação do Senado a escolha do nome de Benjamin Zymler para compor o Tribunal de Contas da União (TCU), no cargo de ministro; emendas de plenário oferecidas ao PLS nº 646/99-Complementar, que dispõe sobre os direitos e as garantias do contribuinte; PLC nº 80/96, obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) ou de gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los; emendas de plenário oferecidas ao PLS nº 146/96, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação; PLS nº 221/99, altera a Lei nº 6.024/74, que dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras; PLS nº 396/99, destina as importâncias não pagas dos prêmios de qualquer modalidade de concurso de prognósticos autorizados pelo poder público aos municípios atingidos por desastres climáticos ou ecológicos; PLS nº 385/99, isenta do Imposto de Renda os valores recebidos a título de salário-educação e salário-maternidade;

PLS nº 455/99, altera dispositivos da Lei nº 7.713/88 e da Lei nº 9.250/95, que dispõem sobre Imposto de Renda; e PLS nº 53/01, modifica o art. 15, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 9.424/96, e o art. 2º da Lei nº 9.766/98, que dispõem sobre o salário-educação. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

#### 11h30 — Comissão de Educação

Pauta: PLS nº 144/99, dispõe sobre a veiculação de programação educativa para crianças, por meio de canais de radiodifusão de sons e imagens, e estabelece sanções pelo seu descumprimento; PLS nº 80/01, determina que as entidades mantenedoras das instituições privadas de ensino superior apliquem percentual mínimo de seu faturamento líquido anual na execução de projetos de pesquisa e na qualificação do pessoal docente e técnico-científico; PLS nº 93/01, denomina Rodovia Gaspar Silveira Martins o trecho da rodovia BR-153 que liga a cidade de Açuá à rodovia BR-290 (RS); PLS nº 82/01, requer seja inscrito o nome de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, no Livro dos Heróis da Pátria; PLS nº 51/01, que dispõe sobre a liberação de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); PLS nº 15/99, altera os artigos 121, 137, 147 e 288 do Decreto-Lei 2.848/40 (Código Penal), e o artigo 75 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente); PLC nº 111/00, denomina Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes — Gilberto Freyre o aeroporto localizado na cidade do Recife (PE); Requerimento do senador Pedro Simon solicitando a convocação de audiência pública para instrução e discussão do PLS nº 20/01, que regula o disposto no art. 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição federal para disciplinar a exibição de espetáculos públicos; e PDLs autorizando a execução de serviço de radiodifusão comunitária. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

#### 17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: PDL nº 212/01, aprova o envio à Argentina de contingente militar do Exército brasileiro, composto de 42 militares, para participar de um exercício de adestramento em operações de paz; Mensagem nº 124/01, submete à apreciação do Senado a indicação do nome de Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Equador; e Mensagem nº 142/01, submete à apreciação do Senado o nome de Ruy Antonio Neves Pinheiro de Vasconcellos para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à Tunísia. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

#### Quarta-feira

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: apreciação em turno suplementar do substitutivo ao PLS nº 526/99 (tramita em conjunto com o PLS nº 538/99), altera os artigos 3º e 9º da Lei nº 8.702/89, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes afins; PLS nº 227/00, inclui, na Lei nº 8.406/92, artigo que estabelece a gratuidade da emissão de extratos bancários referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); PLS nº 236/00, acrescenta dispositivos à Lei nº 6.530/78, que regulamenta a profissão de corretor de imóveis e disciplina o funcionamento de seus órgãos de fiscalização; PLS nº 272/00, exclui das restrições impostas à utilização da Mata Atlântica o perímetro urbano dos municípios situados nas áreas por ela abrangidas; PLS nº 57/01, altera o artigo 36 do Decreto-Lei nº 221/67, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca; PLS nº 4/01, altera o valor do salário mínimo a partir de 1º de abril de 2001; PLC nº 21/01, que dispõe sobre a gestão da Área de Proteção Ambiental (APA) Jericoacoara; PLC nº 69/00, acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei nº 8.036/90, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); PLSs nºs 287 e 569, de 1999, dispõem sobre a concessão de desconto no valor de passagens para maiores de 60 anos; determina desconto de 50% nas tarifas de passagens aéreas para maiores de 60 anos; e substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 284/89, que dispõe sobre a seleção de locais, a construção, o licenciamento, a operação, a fiscalização, os custos, a remuneração, a responsabilidade civil e as garantias dos depósitos de rejeitos radioativos. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

#### 10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: audiência pública com a presença do jurista Ives Gandra da Silva Martins, para debater a reforma da Judicária. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

#### 18h — Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: apreciação de diversos Avisos do Tribunal de Contas da União sobre auditorias realizadas em vários órgãos públicos. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho (licenciado)  
Presidente em exercício: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciê da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreira Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti  
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150  
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade  
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# CCJ inicia exame de restrições a medidas provisórias

Presidente do Senado pede pressa na tramitação da proposta de emenda constitucional e anuncia que análise se limitará apenas aos dispositivos alterados pelos deputados no texto que os senadores haviam aprovado

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que limita a edição de medidas provisórias, aprovada no último dia 1º pela Câmara dos Deputados, começa a ser analisada nesta quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O presidente interino do Senado, Edison Lobão, pediu celeridade na tramitação da matéria e anunciou que serão objeto de deliberação apenas os dispositivos alterados pelos deputados no texto aprovado pelo Senado em dezembro de 1999.

A proposta que tramita no Congresso modifica consideravelmente o instituto das medidas provisórias (MPs), impedindo que elas vigorem indefinidamente sem que o Legislativo se pronuncie –

algumas MPs estão em vigor há mais de seis anos. Atualmente, as MPs têm validade de 30 dias, mas o presidente da República as reedita mensalmente. O texto aprovado na Câmara, elaborado pelo relator no Senado, José Fogaça (PMDB-RS), estabelece que, 45 dias depois de editada, a MP passará a ter prioridade sobre todos os projetos em exame pelo Legislativo.

Caso deputados e senadores não terminem a votação até o 60º dia de sua edição, a MP ganhará outros 60 dias de vigência e continuará sobrestando as outras matérias em discussão. Se ao final de 120 dias a Câmara ou o Senado não tiverem concluído a votação, a MP perderá eficácia desde a sua edição.

Uma das alterações promovidas



Edison Lobão quer agilidade na votação da PEC que limita a edição de MPs

pelos deputados que pode gerar polêmica é a que determina a tramitação bicameral para as MPs iniciando pela Câmara, o que, no entender de alguns senadores,

pode significar um esvaziamento do Senado. O sistema atual prevê a criação de uma comissão mista, formada por senadores e deputados, com a votação da medida provisória em sessão do Congresso.

Apesar de reconhecer méritos no texto da Câmara, Fogaça acredita ser muito difícil que o Senado aprove o dispositivo que faz da Casa mera revisora das deliberações dos deputados.

– O Senado não pode ter o simples papel homologatório – afirmou Fogaça, para quem o Plenário da Câmara retirou o princípio da alternância entre as duas Casas. Pela proposta de emenda à Constituição aprovada, a tramitação de MPs terá início na Câmara e o Senado não poderá fazer emendas ao que os depu-

tados tiverem decidido, devendo apenas aprovar ou rejeitar.

Outra modificação feita pelos deputados é a proibição de adoção de medidas provisórias regulamentando artigos da Constituição alterados entre 1º de janeiro de 1995 e a data da promulgação da PEC. Fica proibida ainda a edição de MPs sobre matérias relativas à cidadania, direitos políticos, confisco de dinheiro em contas correntes e poupança e matéria fiscal sem que seja cumprido o princípio da anualidade. Também não poderá ser editada medida provisória sobre diretrizes orçamentárias e créditos suplementares ao Orçamento.

A pauta da CCJ contém outros 28 itens, entre eles a PEC da reforma do Judiciário.

## “Vamos dar resposta definitiva à sociedade”

A proposta de emenda constitucional que limita a edição de medidas provisórias deve ter tramitação acelerada no Senado. O presidente interino da Casa, Edison Lobão, disse que somente serão analisados os dispositivos alterados pela Câmara dos Deputados. Lobão decidiu conferir às emendas da Câmara o mesmo tratamento, no que se refere à tramitação, dado às emendas a projeto de lei do Senado.

– Essa decisão da Presidência tem por objetivo evitar o chamado “pingue-pongue” que se verifica na apreciação desta proposição, que será agora examinada pela terceira vez pelo Senado Federal, fato inédito na história desta Casa – explicou o senador.

Lobão apelou aos líderes partidários, e em especial ao presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Bernardo Cabral (PFL-AM),



Indicado relator, Osamar Dias deve apresentar parecer na reunião desta quarta-feira

para que a proposta seja apreciada com rapidez.

– Trata-se de emenda constitucional de grande importância para o prestígio do Congresso Nacional. Vamos dar uma resposta definitiva à sociedade no que diz respeito ao poder de legislar do Congresso – afirmou o senador.

Para relatar a proposta, foi indicado o senador Osamar Dias (sem partido-PR). Segundo informou Cabral, o senador paranaense disse que irá apresentar o relatório sobre a proposta na reunião da CCJ, nesta quarta-feira.

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) afirmou que o texto aprovado na Câmara é o mais próximo do ideal. Ele espera que esse texto seja acolhido na íntegra.

– Evitaremos que a matéria retorne, pela segunda vez, ao exame da Câmara dos Deputados, o que levaria a um novo atraso em sua aprovação. Não há mais como justificar novas procrastinações e novos atrasos em assunto tão importante para esta Casa e o Congresso – justificou o senador.

O fato de o governo Fernando Henrique ter utilizado o instituto das MPs por quase 5 mil vezes nos últimos seis anos talvez explique as dificuldades de sua tramitação. A proposta, de autoria do ex-senador Esperidião Amin, foi apresentada em fevereiro de 1995, tendo sido discutida pela CCJ e por uma comissão especial designada em 1996. A proposta, então, retornou à CCJ, onde foi relatada pelo senador José Fogaça. Finalmente, depois de extensas negociações entre os partidos da base aliada e a oposição, o substitutivo Fogaça foi aprovado em dezembro de 1999. Mais 18 meses decorreram até que a Câmara aprovasse o texto com novas alterações.

## Ives Gandra vai debater reforma do Judiciário

O jurista Ives Gandra da Silva Martins foi convidado pelo presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Bernardo Cabral (PFL-AM), para um debate público sobre a proposta de emenda à Constituição (PEC) que reforma o Poder Judiciário. O encontro está marcado para as 10h desta quarta-feira.

Trata-se de um dos projetos que devem ser colocados pelas lideranças partidárias como prioritários para votação neste segundo semestre e que vem sendo relatado pelo próprio senador Bernardo Cabral. A reforma do Judiciário é considerada polêmica e tem acirrado os debates

no Congresso porque, entre outras coisas, prevê o controle externo do Judiciário, por meio de um Conselho Nacional de Justiça. Este conselho será composto por 15 representantes da magistratura, do Ministério Público, dos advogados e da sociedade civil, esses últimos indicados pelo Congresso Nacional.

Já votada pela Câmara, a reforma estabelece que os novos juízes deverão ter três anos de experiência antes do concurso e serão obrigados a fazer cursos de reciclagem periodicamente. Além disso, a proposta acaba com o recesso anual de dois meses na Justiça e cria ouvidorias estaduais de Justiça para coletar denúncias de irregularidades.



A Comissão de Constituição e Justiça debaterá com o jurista Ives Gandra Martins na manhã de quarta-feira

### Mais de 6 mil MPs em 13 anos

Desde 1988, quando a nova Constituição criou o instituto das medidas provisórias, foram editadas 6.026, entre edições e reedições. Veja quantas MPs cada presidente já assinou:

— José Sarney —	147
— Fernando Collor —	160
— Itamar Franco —	505
— Fernando Henrique Cardoso —	2.609
Primeiro mandato •	
Segundo mandato, em curso •	2.605

# Senado decide se CAE deve examinar adesão à Alca

Proposta de Lúcio Alcântara determina que comissão estude previamente ingresso do Brasil no acordo aduaneiro

O Senado decide na próxima quinta-feira se a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examina antecipadamente a entrada do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca). O Plenário vai deliberar sobre proposta do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) de que, sendo a CAE incumbida de opinar sobre comércio exterior e outros assuntos econômicos do país, a comissão terá que estudar previamente o ingresso do Brasil naquele acordo aduaneiro.

Em defesa da idéia, Lúcio Alcântara alega que a entrada na Alca poderá ser a negociação mais relevante já enfrentada pelo Brasil desde a consolidação de nos-



Para Alcântara, entrada na Alca é negociação de extrema relevância

as fronteiras. Ele alertou para os impactos que isso produzirá em nossa estrutura produtiva, lembrando que o novo mercado congregará 34 países do continente americano, integrando uma população de 800 milhões de pessoas e um PIB de US\$ 12 trilhões.

Lúcio Alcântara não é o primeiro senador a manifestar preocupação com a entrada do Brasil na Alca. Em abril deste ano, a pedido do senador Paulo Hartung (PPS-ES), a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) criou Subcomissão Permanente de Comércio Exterior, destinada a acompanhar e promover debates sobre esse assunto. Argumento de Hartung na

época: "O mundo político ainda conhece pouco o tema".

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) também já foi ao Plenário pedir ao presidente Fernando Henrique Cardoso que resista às pressões dos Estados Unidos em favor da criação desse acordo de livre comércio. Para Simon, o que a América do Norte quer é transformar todos os países latino-americanos em colônias.

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) também já pediu que se realize plebiscito para que a população brasileira responda se deseja a adesão do Brasil a esse tratado. O senador José Fogaça (PMDB-RS) é um dos poucos a sugerir que o país assumisse corajosamente a idéia de ingressar nesse mercado. Ele entende que a melhor forma de agir nesse assunto é começar negociando pontos cruciais, entre eles, as exportações brasileiras de laranja, aço, sapatos e têxteis.

## Comissão deve votar projeto sobre processos de intervenção em bancos

O Banco Central deverá encaminhar, semestralmente, à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) relatório pormenorizado do processo de intervenção e de liquidação extrajudicial das instituições financeiras. É o que determina projeto, de autoria do senador Romero Jucá (PSDB-RR), que será examinado em caráter terminativo pela CAE, amanhã, às 10h. Na primeira parte da reunião, os senadores vão analisar duas mensagens do Executivo, a primeira com a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2001 e a segunda com a indicação do auditor do Tribunal de Contas da União (TCU) Benjamin Zymler para compor o tribunal no cargo de ministro.

O projeto de Jucá, que recebeu parecer favorável do relator, senador José Alencar (PMDB-MG), estabelece que a nomeação de interventores e liquidantes deverá ser referendada pelo Senado, por voto secreto, no prazo de 90 dias contados a partir da nomeação. A matéria modifica a Lei

6.024, que trata de intervenção e liquidação extrajudicial de instituições financeiras.

Jucá argumenta, na justificativa da proposta, que, devido à importância que esses titulares assumem na condução do processo, carecem de maior legitimidade no exercício de sua função. Ele entende também que o Senado deve tomar conhecimento dos processos de intervenção para "poder exercer a competência fiscalizadora que lhe confere a Constituição".

Consta da pauta também projeto do senador Edison Lobão (PFL-MA) estabelecendo que as importâncias não pagas pela Caixa Econômica Federal aos ganhadores dos prêmios de qualquer modalidade de loteria, após transcorrido o prazo legal para o seu recebimento, reverterão aos municípios atin-



José Alencar apresentou parecer favorável à proposta de autoria de Romero Jucá

gidos por desastres climáticos ou ecológicos. O senador explica, na justificativa da proposta, que dezenas de milhões de reais deixaram de ser pagos, por ter-se esgotado o prazo, sendo oportuno, portanto, que sejam destinados a projetos sociais. A matéria,

que será examinada em caráter terminativo, recebeu parecer favorável do relator, senador Wellington Roberto (PMDB-PB).

Em caráter não terminativo, será apreciado ainda o projeto, de autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que dispõe sobre direitos e garantias do contribuinte. A proposta dá garantias aplicáveis na relação tributária do contribuinte com as administrações fazendárias da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

## CRE analisa expedição militar à Argentina

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deve votar amanhã, a partir das 17h30, a expedição à Argentina de um contingente de 42 militares do Exército brasileiro para participar de exercício de adiestramento em operações de paz. Os militares permanecerão naquele país no período de 14 de agosto a 13 de setembro. A missão é objeto de projeto de decreto legislativo que recebeu parecer favorável do relator, senador Iris Rezende (PMDB-GO).

Na mesma reunião, em votação



Iris Rezende manifestou-se a favor da missão na Argentina

secreta, os senadores vão apreciar também duas mensagens presidenciais. Uma delas indica o diplomata Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Equador. O senador Fernando Matusalém (PPB-RO) foi designado relator.

Pela outra mensagem, o presidente indica o diplomata Ruy Antonio Neves Pinheiro de Vasconcellos para assumir a embaixada brasileira na Tunísia. Caberá ao senador José Coelho (PFL-PE) emitir parecer sobre a indicação.

## Fiscalização e Controle examina decisões do TCU

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), presidida pelo senador Ney Suassuna, reúne-se nesta quarta-feira, às 18h, para apreciar 13 decisões do Tribunal de Contas da União referentes a inspeções e auditorias realizadas em instituições e obras em todo o país.

O parecer dos relatores, na comissão, é pelo arquivamento de 12 dos 13 itens.

Apenas em um dos itens, referente à auditoria operacional re-



Luiz Otávio quer estudo comparativo sobre telecomunicações

alizada no sistema de telecomunicações brasileiro, o relator, senador Luiz Otávio (sem partido-PA), propõe que seja solicitado ao TCU estudo comparativo da qualidade de serviços entre o sistema de telecomunicações atual e o anterior. O sena-

dor propõe também que o TCU verifique o cumprimento das metas contidas nos contratos de concessão.

**Conecte-se ao Senado em Tempo Real**

Acompanhe as atividades do Senado, no momento em que estão acontecendo.

www.senado.gov.br

# Começa amanhã investigação de denúncias contra Jader

Jefferson Péres informou que uma das primeiras providências será examinar gravação de conversa telefônica em que o deputado estadual Mário Frota (AM) envolveria Jader em suposta cobrança de propina para liberar financiamento da Sudam

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) anunciou na sexta-feira que os trabalhos da comissão encarregada de investigar denúncias contra o presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), devem ser iniciados nesta terça-feira. Uma das primeiras providências da comissão, vinculada ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, será analisar a gravação de conversa telefônica em que o deputado estadual Mário Frota (PDT-AM) envolveria Jader em suposta cobrança de propina para liberação de financiamentos da então Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Além de convocar o deputado amazonense a depor, a comissão deve ouvir esclarecimentos de ex-assessores de Jader



Jefferson é um dos membros da comissão criada pelo Conselho de Ética do Senado para apurar as denúncias

sobre essa denúncia. “Como não há muito o que apurar, creio que 30 dias serão mais do que suficientes para concluirmos esse trabalho”, disse Jefferson.

Quanto a recentes declarações do

procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, sobre a existência de elementos para indiciar o presidente licenciado do Senado por envolvimento no desvio de recursos do Banco do Estado do Pará (Banpará), Jefferson Péres avaliou que o fato complica muito a situação de Jader Barbalho.

— Se forem encontrados indícios veementes de participação de Jader no desvio de recursos do Banpará, isso vai dar margem a pedido de abertura de inquérito criminal junto ao Supremo Tribunal Federal — observou.

Com relação ao foro apropriado para instaurar ação judicial destinada a ressarcimento dos recursos públicos desviados, Jefferson afirmou que a compe-

tência vai depender da natureza dos recursos. Caso sejam de origem federal, caberá ao Ministério Público da União reclamá-los; se estadual, ao Ministério Público do Pará, observou.



Para Simon, limitação da imunidade parlamentar, já aprovada pelo Senado e em exame na Câmara, é mais do que correta

## Pedro Simon destaca esforço de Aécio Neves

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) elogiou na sexta-feira a iniciativa do presidente da Câmara, deputado Aécio Neves, de colocar na pauta de votação daquela Casa o chamado “pacote ético”. Simon defendeu a aprovação de projeto de sua autoria que garante prioridade à apreciação judicial dos crimes contra a administração pública, que tramita no Senado, e disse que o Legislativo não pode perder a oportunidade de aprovar outras propostas importantes, como a que limita a imunidade parlamentar e a que prevê o fim do sigilo bancário para agentes públicos.

— Nunca houve um momento tão propício para votarmos essas matérias, pois a sociedade está a nos cobrar por mais ética na política e precisamos mudar e melhorar, para sempre, a imagem do Congresso — disse.

Simon acrescentou que o projeto que limita a imunidade parlamentar às opiniões e votos proferidos por deputados e senadores, suprimindo-a no caso de crimes comuns, é uma iniciativa mais do que correta. Segundo ele, os parlamentares não podem mais usar seu mandato como escudo para se proteger de punições a irregularidades e crimes que pratiquem.

— Não podemos mais matar, roubar ou fazer o que quisermos, e o Congresso, como de hábito, não dá autorização para sermos processados pela Justiça. Isso tem que ter-

minar — salientou.

No tocante ao fim do sigilo bancário para os agentes públicos — proposto por ele em projeto já aprovado pelo Senado e que aguarda votação na Câmara —, Simon observou que quando um senador, deputado ou prefeito é eleito, ou quando um ministro é nomeado, deve ter sua vida financeira aberta, pois passará a manipular recursos públicos.

— Ele tem que ser correto, agir com transparência. Se queremos a ética e a moral, temos de começar por cima — ensinou.

O senador pelo Rio Grande do Sul pediu ainda a apreciação, pela Câmara, antes de outubro próximo, das novas regras para as próximas eleições. Simon quer que as campanhas eleitorais sejam financiadas com recursos públicos e que os programas de televisão sejam feitos on-line ao vivo.

— É nas campanhas políticas que se inicia todo o processo de corrupção — avaliou.

A senadora Marina Silva (PT-AC) disse, em aparte, que o “pacote ético” a ser votado na Câmara não é uma iniciativa espontânea do Congresso, mas sim fruto da pressão da sociedade e dos meios de comunicação pela ética na política. Já o senador Amir Lando (PMDB-RO) concordou com o entendimento de Simon de que é na campanha eleitoral que se inicia a corrupção, citando o que ocorreu no governo do presidente Fernando Collor.

## Denominação “pacote ético” causa estranheza a Fogaça

O senador José Fogaça (PMDB-RS) manifestou sua estranheza diante da denominação “pacote ético” dada pelos deputados a algumas medidas colocadas como prioritárias na pauta de votações da Câmara: limitação da imunidade parlamentar, suspensão do sigilo bancário para detentores de mandato e criação do Código de Ética Parlamentar. “Não consigo entender o que seja um pacote ético. Não é preciso empacotar tudo, transformando sua apreciação e votação em instrumento de propaganda. Para mim, isso não é uma atitude ética”, afirmou.

Ele lembrou que, no Senado, foram aprovadas sem alarde medidas como as propostas de emenda à Constituição (PECs) acabando com a imunidade parlamentar para crimes comuns, limitando a edição de medidas provisórias e extinguindo o sigilo bancário e fiscal de autoridades, bem como o projeto de lei que estabelece o financiamento público exclusivo para campanhas eleitorais.

Para Fogaça, é motivo de es-

tranheza constatar que os deputados não conseguem simplesmente fazer as leis no ritmo normal e metódico. “Deixaram tudo na gaveta e agora querem colocar as medidas num embrulho só. Temo que isso acabe tendo mero efeito retórico, sem resultados práticos, permanecendo as medidas na gaveta de sempre”, disse.

Fogaça aplaudiu, no entanto, a aprovação, pela Câmara, da PEC que restringe o uso de medidas provisórias. “Não é vaidade reconhecer que o Senado teve participação relevante na elaboração e aprovação dessa proposta que modifica a estrutura jurídica do país, retirando uma fonte de instabilidade e insegurança nas relações entre o Legislativo e o Executivo”, declarou.

A proposta teve que retornar ao Senado para novo exame porque sofreu alterações na Câmara, mas o senador acredita que essa nova etapa legislativa será rápida. “O Senado vai concordar com elas. Creio que haverá unanimidade para ratificar rapidamente o texto aprova-



José Fogaça: “Deixaram tudo na gaveta e agora querem aprovar as medidas num embrulho só”

do na Câmara”, disse ele, lembrando que o próprio governo federal participou das negociações sobre o texto final da PEC e aceitou perder parte de seu poder político para garantir mais estabilidade ao país.

Em aparte, a senadora Marina Silva (PT-AC) conclamou a Câmara dos Deputados a votar as medidas com celeridade e sem se preocupar em fazer propaganda.

# CAS examina descontos para idosos nos meios de transporte

Dois projetos com esse objetivo, que tramitam em caráter terminativo, devem ser analisados quarta-feira

A concessão de descontos para idosos nos diferentes meios de transporte será examinada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em reunião convocada para quarta-feira. Constam da pauta dois projetos nesse sentido, que serão votados em caráter terminativo – o que significa que, se aprovados, seguirão diretamente para a Câmara dos Deputados, exceto se houver recurso para que sejam analisados pelo Plenário do Senado.

A primeira proposta, de autoria do senador licenciado Ramez Tebet (PMDB-MS), atual ministro da Integração Nacional, prevê desconto de 30% nas passagens aéreas, rodoviárias, ferroviárias e marítimas nos deslocamentos intermunicipais, interestaduais e internacionais para as pessoas com idade superior a 60 anos.

Na justificativa de seu projeto, Tebet argumenta que o benefício não alcança apenas os usuários idosos dos serviços de transporte, mas também os próprios transportadores, em decorrência da demanda que o estímulo do desconto adicionará ao mercado. “A exemplo do que já ocorre nos países desenvolvidos, importante parcela dos onze milhões de brasileiros dessa faixa



Leomar Quintanilha propõe gratuidade de extratos referentes ao FGTS

etária será incorporada ao fluxo de turismo e lazer, em justo proveito pessoal e com efeitos positivos para essa crescente atividade econômica”, argumenta Tebet.

O outro projeto, de autoria do ex-senador Luiz Estevão, determina que os idosos tenham um desconto de 50% nas tarifas aéreas em vôos domésticos. Na proposta, já está prevista uma multa correspondente ao valor de 1.000 Ufirs para as empresas de transporte aéreo que não cumprirem a determinação legal.

A Comissão de Assuntos Sociais também examinará terminativamente projeto do senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) que estabelece a gratuidade da emissão de

extratos bancários referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O senador considera inadmissível que seja cobrada qualquer taxa para que o trabalhador possa exercer seu direito de acesso às informações sobre os valores efetivamente depositados em sua conta. Quintanilha acredita que, com a transformação do projeto em lei, será exercida maior fiscalização sobre os depósitos, inibindo a sonegação do FGTS.

Outro projeto terminativo na pauta da CAS, de autoria do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), determina que as empresas proprietárias ou concessionárias de represas se responsabilizem pela produção e distribuição de alevinos em suas áreas de atuação. O senador considera justo que as empresas de energia, beneficiadas pela exploração dos cursos de água, tenham a responsabilidade de incentivar a piscicultura em suas áreas de atuação.

A CAS irá apreciar ainda, em turno suplementar, projeto do então senador Blairo Maggi determinando que o registro de produtos agrotóxicos seja feito pelo seu princípio ativo, e não pelo nome comercial, como prevê a legislação atual.

## Projeto de Maria do Carmo evita suspensão de merenda

A Comissão de Educação (CE) analisará amanhã projeto da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) que dispõe sobre a liberação de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), estabelecendo que, no caso da inobservância do prazo de prestação de contas pelos municípios, não haverá a suspensão do repasse durante o primeiro exercício financeiro do mandato do novo prefeito. Isso ocorrerá “sem prejuízo das sanções administrativas e criminais cabíveis, nos demais casos de infração às normas reguladoras do PNAE”.

— Ainda que os agentes políticos inadimplentes possam e devam ser responsabilizados penalmente com base na legislação vigente, não parece razoável que os novos prefeitos recém-empossados, absorvidos pelos compromissos inerentes

ao cargo, tenham de enfrentar os graves problemas sociais e administrativos acarretados pelo impacto do bloqueio de recursos no funcionamento das escolas do ensino público pré-escolar e fundamental — sustentou a senadora na justificativa da proposta.

O projeto de Maria do Carmo tem parecer favorável do senador Hugo Napoleão (PFL-PI) e é um dos 31 itens que estão na pauta da reunião da Comissão de Educação. Também deverá ser votado projeto do ex-senador Luiz Estevão que altera o Código Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente. A proposta, relatada favoravelmente pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), estabelece que, no homicídio culposo, a pena é aumentada de um terço se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o



Maria do Carmo Alves defende punição de irregularidades sem prejudicar novas administrações

agente deixa de prestar imediato socorro à vítima, não procura diminuir as conseqüências do seu ato ou foge para evitar prisão em flagrante.

Na mesma reunião, deverá ser examinado projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que dispõe sobre a veiculação de programação educativa para crianças, por meio de canais de rádio e televisão, e estabelece sanções pelo seu descumprimento. A matéria tem parecer favorável do senador Nilo Campos (PSDB-RJ).

## “Entrevista Especial” discute o Século de Ouro Espanhol

O programa *Entrevista Especial*, da TV Senado, discute hoje o Século de Ouro Espanhol, período de explosão da poesia espanhola, que se deu no Renascimento Europeu. O jornalista Maurício Melo Júnior conversa sobre o assunto com os tradutores Anderson Braga Horta, Fernando Mendes e José Jerônimo Rivera. O programa vai ao ar às 9h30.

O *Agenda Econômica* debate os novos rumos da economia brasileira, com a presença do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), presidente da Comissão de Assuntos Econô-

micos do Senado. Ele fala sobre as atividades da comissão neste semestre e sobre a votação da Lei das Sociedades Anônimas. O programa vai ao ar às 6h30, 13h30 e 19h30.

No programa *Entrevista*, que vai ao ar às 7h30, 12h30 e 20h30, o assessor da ONU José Carlos Libânio fala sobre o relatório elaborado pela entidade para a análise do desenvolvimento humano no Brasil e no mundo. No programa que vai ao ar às 11h e 18h30, o senador Amir Lando (PMDB-RO) fala sobre a atual crise das polícias civis e militares.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

12h30 — *Entrevista* — O sen. Mazarildo Cavalcanti fala sobre a Amazônia e o desenvolvimento  
13h — *Entrevista Especial* — A diretora de cinema Carla Camurati fala sobre o cinema brasileiro  
13h30 — *Entrevista Especial* — O presidente do TSE, ministro Nelson Jobim, fala sobre o sistema eleitoral e a reforma política.  
14h30 — *Espaço Cultural* — Orquestra de Violões  
15h30 — *Entrevista Especial* — A cineasta Telê Moraes fala sobre o filme *O Sonho de Rose*  
16h — *De Coração* — *Aprendendo a se exercitar*, com o José Alberto Costez  
16h30 — *Entrevista* — O advogado Sid Riedel fala sobre os direitos trabalhistas  
17h — *Especial* — O olhar estrangeiro sobre o Brasil  
17h30 — *Fala Cidadão* — A conexão do Senado com a sociedade  
18h — *Quem Tem Medo da Música Clássica?* — Ludvig Van Beethoven — *A Pastoral* — Parte 1  
19h — *Fundação Joaquim Nabuco* — Vida de Gado  
19h30 — *Agenda Econômica* — O sen. Lúcio Alcântara fala sobre os novos rumos da política econômica

20h30 — *Entrevista* — O diretor da Fundação João Mangabeira, Carlos Siqueira, fala sobre as perspectivas do socialismo  
21h — *Journal do Senado* — O resumo das atividades do Senado  
21h30 — *Teatro Arthur Azevedo* — Peça *A Missão*  
23h30 — *Idéias* — Os senadores: opinião, discursos e novos projetos  
24h — *Quem Tem Medo da Música Clássica?* — Ludvig Van Beethoven — *A Pastoral* — Parte 1

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

7h — Música, informação e serviços  
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo  
9h — Música e Informação  
14h15 — *Senado Notícias*  
14h30 — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)  
19h — *A Voz do Brasil*  
20h — Música e informação  
22h — *Senado Notícias* — Edição da noite  
23h — Vozes do século 20

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



### COMO SINTONIZAR

#### TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal

DireTV: canal 163

Sky Net: canal 30

Tecsat: canal 17

Internet: www.senado.gov.br

Antena Parabólica - Sistema Digital:

• Satélite - B1

• Transponder - 1 BE (Banda Estendida)

• Polarização: Vertical

• Frequência: 3.644,4 Mhz

• Frequência (Banda - L) - 1505,75 Mhz

• Antena - 3,6 m LNB

• Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB

• Symbol 3,2143MS-S

• FEC: 3/4

• Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Antena Parabólica - Sistema analógico

• Satélite - B1

• Transponder - 11 A-2 (canal 8)

• Polarização - Horizontal

• Frequência - 4.130 MHz

#### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

# PEC permite concurso público para tribunais de contas

Álvaro Dias quer facultar nova forma de nomeação dos membros desses órgãos nos estados, Distrito Federal e municípios. Proposta foi aprovada em junho e será discutida agora em segundo turno

O Senado inicia na quinta-feira a discussão, em segundo turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC) que faculta a realização de concurso público para a nomeação de membros dos tribunais de contas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Aprovada em primeiro turno no mês de junho, a PEC é de autoria do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), que vê no concurso "um instrumento democrático concretizador dos princípios da impessoalidade e moralidade da administração pública".

Álvaro Dias lembra que a Cons-

tituição de 1988 aumentou o alcance do concurso público para além da seleção dos servidores públicos de carreiras administrativas, incluindo o ingresso nas carreiras da Magistratura e do Ministério Público. Ele argumenta que, por razões de ordem histórica, não foram incluídos os membros dos tribunais e conselhos de contas, seguindo a tradição do Tribunal de Contas da União (TCU).

O relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Jefferson Péres (PDT-AM), afirma em seu

parecer que os tribunais de contas têm sido seriamente questionados em sua atuação devido ao grande número de escândalos de corrupção em todas as esferas de governo. "Não poucos têm inclusive indagado sobre a real utilidade de sua própria existência e manutenção", assinala.

O relator entende que a proposta é conveniente e oportuna, pois permite a parcial reestruturação dos tribunais de contas, uma vez que a adoção de critérios de provimento pode assegurar maior isenção e independência a seus membros.



Para Álvaro, concurso público é "um instrumento democrático concretizador dos princípios da impessoalidade e moralidade da administração pública"

## Jucá propõe que Comissão de Orçamento estude reajuste para servidores públicos

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) defendeu na sexta-feira a criação de um grupo, na Comissão Mista de Orçamento, para estudar "de forma técnica e séria" a possibilidade de o governo conceder reajuste salarial para os servidores federais, há seis anos com salários congelados. Jucá disse acompanhar o esforço do governo federal para manter o equilíbrio fiscal, mas também reconhece as dificuldades pelas quais grande parte dos servidores vem passando.

— Da mesma forma que encontramos formas de conseguir recursos para reajustar o salário mínimo, poderemos encontrar maneiras de conceder reajuste aos servidores, se o assunto for estudado de maneira séria. É preciso um exame profundo do orçamento e da folha de pagamento do pessoal — afirmou.

Jucá considera necessário estudar as implicações do reajuste no total de despesas da União e montar um arcabouço técnico para que o país tenha condições de absorvê-lo. Ele afirmou que o Executivo ainda não fechou o orça-



Jucá defende a formação de um grupo na Comissão de Orçamento para analisar "de forma técnica e séria" a questão do reajuste

mento do próximo ano e, portanto, é prematuro dizer que o reajuste dos servidores estará definitivamente excluído do orçamento de 2002, como noticiou a imprensa na semana passada. Ainda assim, o senador acredita que a decisão final será do Congresso Nacional. "Mesmo que o governo não inclua o reajuste em seu orçamento, o Congresso poderá fazê-lo. O Congresso é autônomo e dará a última palavra", disse.

O governo vem reestruturando

os salários de algumas carreiras do setor público, lembrou o senador, de modo que nem todos os servidores têm a mesma situação, embora grande parte esteja realmente há seis anos sem aumento.

Romero Jucá, que é líder do governo no Senado, disse que desejava deixar clara sua posição como senador. "Represento um estado que tem muitos servidores e acompanho as dificuldades pelas quais essas pessoas vêm passando", explicou.

## Ademir rejeita inclusão do Pará no racionamento

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) criticou na sexta-feira, em pronunciamento no Plenário, a intenção do governo federal de incluir os estados do Pará, Maranhão e Tocantins no plano de racionamento de energia, bem como a posição do governador paraense, Almir Gabriel, de fa-



Ademir Andrade considera "uma injustiça" obrigar o Pará a racionar energia

zazer "concessões" nos debates sobre a questão com o presidente Fernando Henrique Cardoso.

O parlamentar criticou, ainda, a política econômica do país, e repudiou alguns de seus efeitos, como a desnacionalização do sistema produtivo, o fim das estatais, o aumento das dívidas públicas interna e externa, bem como o arrocho salarial do funcionalismo. Ademir manifestou confiança em que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovará requerimento que apresentou, convocando o ministro da Fazenda, Pedro Malan, para

debater a situação econômica do país com os parlamentares.

No entender do senador, incluir estados como o Pará no plano de racionamento será uma "injustiça". Ele deu suas razões: de um lado, porque o Pará consome apenas 40% da energia que produz (em

Tucuruí), e de outro, porque os estados do Norte, de menor desenvolvimento em comparação com as demais regiões do país, deveriam receber apoio e prioridade para superar esse desnível.

Finalmente, acrescentou Ademir Andrade, "porque bastaria reduzir os subsídios para duas empresas produtoras de alumínio em regime eletrointensivo, que consomem quase metade da energia usada na região, para que a economia de 15% estabelecida para o Pará, Maranhão e Tocantins fosse atingida".

## Eduardo Siqueira Campos elogia "governo itinerante" do Tocantins

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) elogiou o novo programa governamental do Tocantins, denominado governo itinerante, iniciado no último dia 1º e com término previsto para o dia 21 de setembro. O governo estadual, disse, percorrerá 18 cidades sedes de regiões administrati-

vas, buscando maior proximidade com prefeitos e com a população a fim de viabilizar soluções rápidas para os problemas dos municípios.

A primeira cidade visitada, relatou o senador, foi Arraias, que completou 261 anos de criação no primeiro dia de permanência do governo itinerante. A próxima cidade

será Araguaína, onde a comitiva do governo será acompanhada por nove prefeitos da região.

— Quero louvar mais essa iniciativa política e administrativa do governador Siqueira Campos, que, com certeza, será extremamente benéfica para o povo do nosso estado — disse Eduardo.

Eduardo prevê resultados "extremamente benéficos" para o Tocantins



## Francelino sugere debate sobre aeroportos em áreas centrais

Senador chama atenção para os problemas enfrentados especialmente em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) comunicou na sexta-feira, em Plenário, estar apresentando um requerimento à Mesa do Senado para que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) promova uma ampla discussão, com participação da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), sobre o grave problema dos aeroportos situados nos centros de grandes capitais, como o de Congonhas, em São Paulo; o Santos Dumont, no Rio de Janeiro; e o da Pampulha, em Belo Horizonte. Essa iniciativa, segundo o senador, pode apontar soluções para o rápido crescimento do tráfego aéreo nesses aeroportos, de modo a evitar ali acontecimentos dramáticos.

Tomando o exemplo do que aconteceu em Belo Horizonte, Francelino Pereira disse que, após a inauguração do novo aeroporto de Confins, durante sua gestão como governador do estado, houve um deslocamento maciço das aeronaves e de todo o movimento para o novo aeroporto. Entretanto, de três anos para cá, principalmente com a entrada em operação de aviões comerciais de menor porte, como o Fokker, começou a haver uma preferência das companhias e dos usuá-



Francelino defende busca de soluções para o rápido crescimento do tráfego aéreo

rios pelos aeroportos centrais.

Atualmente, disse o senador, a Pampulha recebe um tráfego muito intenso de aeronaves, principalmente por estar localizada a apenas 10 minutos do centro da cidade, contra cerca de 35 minutos que se gastam no percurso entre Confins e o centro. Os problemas apresentados pelo aeroporto da Pampulha são tão graves que ele acaba de ser interdito por três dias, para obras emergenciais, informou Francelino. Hoje haverá, no Rio, uma reunião promovida pela Infraero para discutir a situação daquele aeroporto.

A região da Pampulha, segundo Francelino, já foi "cartão postal" de Belo Horizonte, depois que Jusceli-

no Kubitschek passou pela prefeitura. Ali, os futuros idealizadores de Brasília, como Oscar Niemeyer, Lúcio Costa e Burle Marx, exercitaram pela primeira vez seus talentos, criando um projeto que chamou a atenção do país e de todo o mundo, estimulando o turismo e o comércio. A Pampulha transformou-se, então, segundo Francelino, no centro mais importante da capital mineira. Hoje a área apresenta um acúmulo de grandes problemas que precisam ser solucionados.

O senador informou ainda que hoje o ministro José Sarney Filho, do Meio Ambiente, irá a Belo Horizonte assinar um contrato de repasse no valor de R\$ 7,5 milhões, firmado entre a Caixa Econômica Federal, a Agência Nacional de Águas (ANA) e as prefeituras de Belo Horizonte e Contagem, para a implementação do Programa de Recuperação e Desenvolvimento Ambiental da Bacia da Pampulha (Propam). Esse, segundo Francelino, é o início do processo de recuperação da área, que prevê também o desassoreamento da lagoa da Pampulha. O momento, portanto, é apropriado para se discutir melhor a questão dos aeroportos centrais das grandes capitais do país, sugeriu.

## Mozarildo quer regulamentar "Lei do Abate"

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) conclamou o Congresso Nacional a regulamentar a "Lei do Abate", que autoriza a destruição de aeronaves suspeitas que estejam sobrevoando o espaço aéreo brasileiro. Ele informou que, apesar de a lei estar em vigor há três anos, traficantes e contrabandistas continuam operando no país, principalmente na Amazônia, "zombando da nossa Força Aérea e ridicularizando o conceito do país perante a comunidade internacional".

Mozarildo Cavalcanti entende que a regulamentação da "Lei do Abate" é de fundamental importância para a própria defesa da soberania nacional. Ele observou que os radares instalados pelo Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) não têm contribuído para o combate às atividades ilegais. Por isso,



Mozarildo considera a lei indispensável para combater o contrabando e o narcotráfico

acha necessária autorização do Congresso para que aeronaves suspeitas sejam abatidas.

O senador informou que, sem a regulamentação da lei, o piloto da Força Aérea Brasileira (FAB) só pode alvejar o avião que voa ilegalmente se este atirar ou fizer manobra de ataque. Os narcotraficantes

e contrabandistas continuam voando, notou Mozarildo, sempre ignorando a presença ou as advertências do avião militar.

Depois de registrar que há um consenso entre integrantes da Aeronáutica e da Polícia Federal em defesa da regulamentação da lei, Mozarildo disse que as preocupações com as ações do narcotráfico na Amazônia agravaram-se com a implementação do chamado Plano Colômbia, que tem por objetivo combater o plantio e o tráfico de cocaína, contando com apoio dos Estados Unidos.

Mozarildo Cavalcanti teme que, com a execução do plano, traficantes colombianos, que estão sendo combatidos com todo o vigor em seu país, se abriguem em solo brasileiro, e em especial na Amazônia.

## Cafeicultura precisa de apoio, afirma Amir Lando

A prorrogação dos prazos de financiamento concedidos e a concessão de novos financiamentos para os produtores de café do estado de Rondônia foram defendidas na sexta-feira pelo senador Amir Lando (PMDB-RO). Ele afirmou estar fazendo um apelo dramático em nome do estado, acreditando ter o café uma perspectiva econômica bastante razoável a médio prazo. Ressaltou, no entanto, que o setor vive uma crise nesse momento e que os produtores de Rondônia não têm condições de aguardar a acomodação do mercado, que poderá levar de três a quatro anos.

— Precisamos sensibilizar a área econômica do governo para os problemas que esse setor está enfrentando. A produção cafeeira está cada vez mais abandonada. É preciso garantir um preço mínimo para o café nesse período de crise, de modo a evitar a erradicação em massa dos cafezais — disse Lando.

O senador ressaltou que na região de Patrocinio, em Minas Gerais, as plantações de café estão sendo



Amir Lando disse estar fazendo um "apelo dramático" em nome dos produtores de Rondônia

substituídas por pastagens. Na opinião de Lando, é preciso que se adote uma política cafeeira bem articulada, promovendo redução do desemprego, distribuição de renda, melhoria da balança comercial e alívio para a pressão sobre serviços urbanos decorrente da migração.

— Com os vinte reais que estão sendo pagos pela saca de café em Rondônia, os produtores não têm condições de realizar a colheita, que dirá promover a preservação e manutenção dos cafezais — afirmou.

## Marina critica "açodamento" para liberar transgênicos

A senadora Marina Silva (PT-AC) criticou na sexta-feira o "açodamento" dos Ministérios da Agricultura e da Ciência e Tecnologia para liberar o plantio de transgênicos no Brasil. Ela pediu a aprovação de projeto de sua autoria que fixa uma moratória de



Segundo Marina, o governo age para protelar a tramitação dos projetos sobre transgênicos

cinco anos para que seja autorizado o plantio de organismos geneticamente modificados (OGMs) no país.

Marina acusou o governo de agir para protelar a tramitação dos projetos sobre o assunto no Congresso, e pediu agilidade ao senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) — relator, na Comissão de Assuntos Sociais, do projeto por ela apresentado — na elaboração de seu parecer.

Para Marina, os Ministérios do Meio Ambiente e da Saúde têm adotado uma postura cautelosa

sobre o assunto, ao contrário dos outros dois ministérios. A senadora considera o açodamento de parte do Executivo como uma iniciativa para atender aos "interesses de grupos internacionais de biotecnologia que amedrontam o mercado brasileiro".

A senadora elogiou o Poder Judiciário, que tem "zelado pelo princípio da precaução". Ela explicou que, por decisão judicial, no Brasil somente é permitido o cultivo experimental de transgênicos. Mencionou que, em abril, a Justiça determinou a suspensão de lavouras experimentais que não contavam com a autorização necessária.

Em aparte, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR), afirmou que a intenção do Poder Executivo é "buscar o debate e uma discussão séria sobre o assunto".